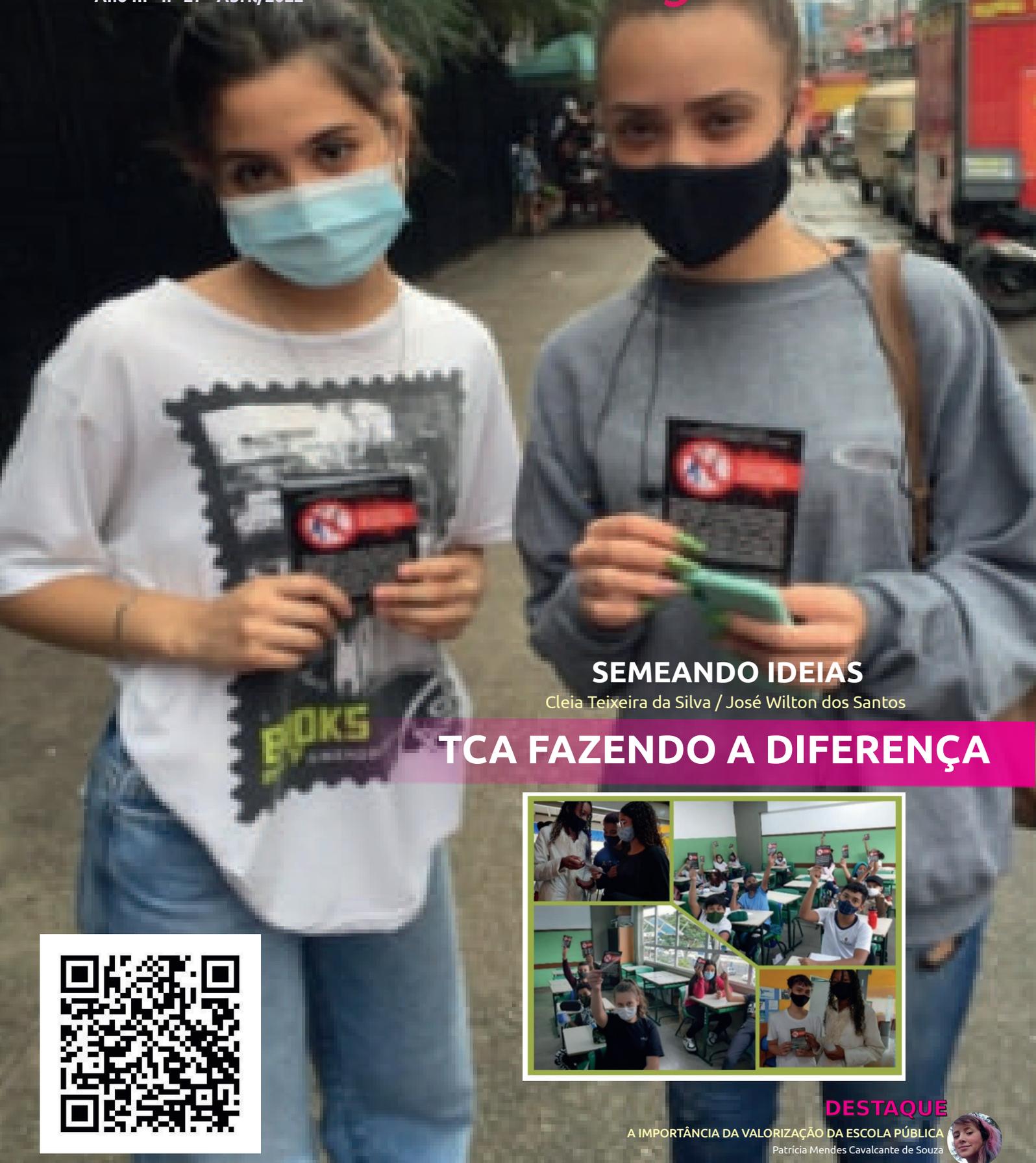


Revista **a**

EVOLUÇÃO

Ano III - nº 27 - Abril/2022

ISSN 2675-2573



SEMEANDO IDEIAS

Cleia Teixeira da Silva / José Wilton dos Santos

TCA FAZENDO A DIFERENÇA



DESTAQUE

A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 27 - Abril de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Alexandre Passos Bitencourt

Andréia Fernandes de Souza

Isac dos Santos Pereira

Vilma Maria da Silva

Organização:

Vilma Maria da Silva

Colunistas: Cleia Teixeira da Silva / Isac dos Santos Pereira / José Wilton dos Santos

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Alecina do Nascimento Santos

Andreia Ferreira de Melo Faria

Fabiana Lemes da Silva

Ivan Aparecido da Silva

Maurina Pereira Coelho

Mônica Iara Marsura

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Quitéria Maria da Silva Barros

Simoni Alves Pereira Almeida

Tamires Aparecida Silva dos Santos

Tânia de Jesus Alves

Tatiana Lima Passos

Vilma Maximiano Vieira

Viviane de Cássia Araujo



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.27>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 27 (abr. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

106 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Denise Mak
Isac dos Santos Pereira
Patrícia Tanganelli Lara
Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Ma. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado
José Roberto Tenório da Silva
Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887
Whatsapp: (11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com
https://primeiraevolucao.com.br
São Paulo - SP - Brasil

netomanuelfrancisco@gmail.com
Luanda - Angola

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/
https://pixabay.com
https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições **Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores. Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.



Filiada à:



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

Prof^ª. Dra. Andréia Fernandes de Souza

COLUNAS

6 **Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes**

Isac dos Santos Pereira

10 **Semeando Ideias**

Cleia Teixeira da Silva Oliveira / José Wilton dos Santos



ARTIGOS

- | | |
|--|----|
| 1. ALGUMAS PREOCUPAÇÕES COM O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM
Alecina do Nascimento Santos | 19 |
| 2. A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Andreia Ferreira de Melo Faria | 27 |
| 3. AFETIVIDADE NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM
Fabiana Lemes da Silva | 33 |
| 4. JOGOS E DOBRADURAS NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA
Ivan Aparecido da Silva | 39 |
| 5. A PSICOPEDAGOGIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA AVALIAÇÃO ESCOLAR
Maurina Pereira Coelho | 45 |
| 6. O TAI CHI PAI LIN COMO INICIATIVA FILOSÓFICA
Mônica Lara Marsura | 51 |
| ★ 7. A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza | 57 |
| 8. A ARTE E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Quitéria Maria da Silva Barros | 65 |
| 9. O TDAH NO CONTEXTO ESCOLAR
Simoni Alves Pereira Almeida | 69 |
| 10. A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tamires Aparecida Silva dos Santos | 75 |
| 11. O BRINCAR HEURÍSTICO, AS CRIANÇAS E AS MATERIALIDADES
Tânia de Jesus Alves | 83 |
| 12. A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tatiana Lima Passos | 89 |
| 13. RESPEITO PELO RITMO, AQUISIÇÕES E APRENDIZAGENS DAS CRIANÇAS
Vilma Maximiano Vieira | 93 |
| 14. O PLANEJAMENTO E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Viviane de Cássia Araujo | 97 |

ALGUMAS PREOCUPAÇÕES COM O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

ALECINA DO NASCIMENTO SANTOS

RESUMO: Esse artigo busca refletir a respeito da transformação dos comportamentos das crianças, dos jovens e dos adultos, quando tem a oportunidade de serem ouvidos, no sentido de desenvolver o seu protagonismo. Tem como objetivo discutir na sua fundamentação teórica as inovadoras práticas pedagógicas que procuram aguçar o espírito criativo dos estudantes. Pretende-se também identificar os principais métodos da escuta para serem desenvolvidos pelos professores/ educadores. A metodologia abordada baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, com a corroboração de autores que denotam sobre o tema em questão. Observa-se que a criatividade das crianças apresenta uma grandeza infinita e que pode ser explorada, produzindo resultados capazes de provocar transformações significativas nas diversas personalidades. Conclui-se que a criança na educação infantil deve ser precedida de ações que promovam a sua liberdade, fundamentalmente quando estão realizando atividade em grupo, no qual a interação social deve ser estimulada pelos professores, dando continuidade até as próximas séries.

Palavras-chave: Aprendizagens. Educação. Ensino Superior. Interações. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Segundo defende FREIRE (2007) procurar entender as linguagens das crianças assim como identificar os seus pensamentos e desejos representa uma condição base para que os profissionais educadores produzam resultados altamente positivos em relação à busca do comportamento inclusivo relacionado com o protagonismo infantil desenvolvido pelas crianças das séries iniciais do ensino fundamental no país.

A Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional criada ainda no final do século XX mais precisamente em 1996 reconheceu esta necessidade dos professores educadores do ensino regular elaborar os seus planejamentos de aulas direcionados a educação infantil com os objetivos primeiro de buscar este processo de inclusão e do protagonismo das crianças.

Para BARBOSA (2008) a pré escola no Brasil está procurando transformar o seu conceito onde sempre predominaram as condições assistencialistas e afetivas que não exige qualificação acadêmica dos profissionais professores e também não busca transformar o comportamento das crianças que apresentam dificuldades de aprendizado através dos métodos pedagógicos da escuta que é possibilitado pelas atividades escolares que propõem o desafio para estas crianças poderem pensar e opinar dentro da sala de aula.

Como mostra VEIGA (2001) sem as transformações que foram provocadas a partir da lei de diretrizes e bases da educação infantil no país não teria evoluído e estaria num patamar de atraso comparado às nações subdesenvolvidas que não tem uma educação infantil de base de qualidade para as crianças.

Sobre esta condição dos profissionais entender a fala e o pensamento das crianças da educação infantil para que possam desenvolver o seu comportamento, a opinião de KINNEY(2009) é bastante relevante quando ressalta que;

Os profissionais educadores ao desenvolver os seus planos de aula devem ser direcionados para as condições que possibilitam entender as principais necessidades deste público infantil, compreender as suas formas de comunicação e a partir destas condições procurar alinhar a sua didática de acordo com as especificidades e capacidades de cada criança (Kinney).

SENGE (2005) defende que a didática apresentada deve ser preparada de modo que possa buscar explorar as potencialidades de cada criança e assim promover a inclusão e o ensino que faz realmente surgir as transformações tão necessárias para construir cidadãos com personalidades e opiniões próprias.

Deve se observar neste contexto que o modelo de ensino da educação infantil que está sendo idealizado para este projeto deducional da linha de pesquisa da docência não é definitivo e acabado, pois leva em consideração que para colocá-lo em prática em países como o Brasil necessita de ajustes constantes de forma periódica para que possa ser adaptado a nossa realidade cultural em relação a educação infantil praticada em cada região do país.

Outra observação importante é que apesar de algumas experiências isoladas, praticadas no Brasil em relação ao modelo de ensino infantil que está sendo proposto no projeto de ensino a educação para crianças no país ainda vai demorar muito para alcançar este estágio de qualidade, principalmente quando se trata de ensino público devido aos problemas estruturais sociais e culturais que fazem parte da formação educacional das crianças.

Como mostra VEIGA (2001) visualizar a criança na sua formação de base como sujeito crítico e construtor de pensamento e ideias, principalmente como elemento integrante da sociedade faz parte do papel do professor educador dentro da realidade do ensino aprendizagem moderno.

E um dos instrumentais mais indicados para exercer esta proposta é lançar mão da interdisciplinaridade, onde as mais diversas disciplinas tem como função dentro deste processo pedagógico de complementar os conhecimentos impostos aos alunos.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A evolução histórica da educação brasileira passou por rupturas marcantes, e se estabelece até hoje tendo em vista alcançar padrões internacionais, constituído socialmente.

A chegada dos portugueses às terras brasileiras é um marco histórico para a educação sistematizada no Brasil. Não há como negar que os povos nativos possuíam formas de ensino, uma vez que a cultura e os hábitos eram aprendidos desde a mais tenra idade pelas crianças da época. No entanto, não há registros de um sistema educacional formalizado.

A educação sistematizada no Brasil teve início com o movimento jesuíta, onde padres portugueses da Ordem dos Jesuítas passaram a dedicar seu tempo à educação religiosa dos nativos. Pelas diferenças culturais, foi necessário ensinar primeiramente a língua portuguesa e elementos básicos da cultura europeia como o uso de roupas por exemplo (ALVES, 2005). Esse padrão europeu, não anula o fato de que os nativos já possuíam técnicas e maneiras de fazer a educação.

Foi Tomé de Souza, que seguindo ordens do D. João III, trouxe os padres da Companhia de Jesus com intuito de propagar a fé católica. Dado o abismo encontrado entre indígenas e jesuítas a fim de estabelecer a conversão, foi necessária a adaptação do ensino, ou seja, a sistematização da educação por meio de colégios e missões espalhadas pelo litoral do Brasil se fez necessária para que os indígenas aprendessem não somente o cristianismo, mas também a língua e os costumes de Portugal.

Com a chegada ao Brasil dos primeiros jesuítas em 1549, surgiram as primeiras atividades de educação sistematizada na colônia. Diante desta nova realidade, surge também as primeiras leis na área de educação no Brasil.

Regida pela Igreja Católica, a educação era oferecida por padres jesuítas dos quais se destacam inicialmente como educadores os padres Manoel da Nóbrega, Vicente Rodrigues e Antônio Vieira. Quinze dias após desembarcarem em terras brasileiras, os jesuítas criaram a primeira escola nestas terras. O mestre era o Irmão Vicente Rodrigues e quem comandava as obras era o Padre Manoel da Nóbrega.

Na Bahia, Vicente, ministrava aulas de catecismo, e alfabetizava os nativos, tendo sido o primeiro professor da Companhia. Irmão Vicente foi o primeiro português a ensinar pelo modelo de educação europeia no Brasil e por mais de 50 anos se dedicou ao ensino da cultura e da religião do Velho Mundo aos que aqui estavam.

O objetivo dos Jesuítas no Brasil era catequizar e difundir a fé católica, no entanto, tendo em vistas as dificuldades impostas pela barreira linguística e cultural, não seria possível pregar o catolicismo sem antes alfabetizá-los. Diante desta realidade, além da religião também aprendiam a ler e escrever.

A instrução jesuítica teve início em Salvador e logo avançou rumo ao sul do país, sendo que em 1570 existiam escolas de Educação Elementar em Porto Seguro, Ilhéus, São Vicente, Espírito Santo e São Paulo de Piratininga e colégios no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

O regulamento válido para todas as escolas jesuíticas era um documento escrito por Inácio Loyola, o Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu que significa Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus.

Com a primeira edição em 1599, o Ratio Studiorum, foi um conjunto de normas e princípios que regulamentava as práticas da educação jesuítica. O método, ordenava as atividades, as funções e a avaliação das escolas da Companhia de Jesus. Antes de 1599, os colégios jesuítas, funcionavam segundo os Ordenamentos de Estudos, regimento interno, utilizado como inspiração e modelo da Ratio Studiorum. O documento era constituído por um conjunto de 467 regras, que cobriam todas as atividades de ensino da Companhia, assim como a função de seus agentes e de todos que estivessem diretamente ligados à educação pedagógica.

O ensino Jesuítico não estava limitado apenas à alfabetização. Além da alfabetização, os colégios jesuítas ofereciam cursos de Letras e Filosofia, tendo caráter secundário, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, direcionado àqueles que desejavam tornarem-se sacerdotes.

O curso de Letras oferecia o ensino de Gramática Latina, de Humanidades e Retórica, enquanto no curso de Filosofia eram estudadas Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais.

O modelo de educação Jesuítica prevaleceu no Brasil por 210 anos tendo fim em 1759, com a expulsão dos jesuítas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Ao ser expulsa, a Ordem possuía em território brasileiro aproximadamente 35 missões, 25 residências, 36 e quase 20 colégios e seminários. Havia também seminários pequenos e escolas de primeiras letras funcionando em todas as cidades por onde a Companhia passou no Brasil.

A Família Real voltou a Portugal em 1821, e em 1822, o Príncipe D. Pedro I Proclama a Independência do Brasil. O país deixa de ser uma colônia portuguesa e passa a ser um império, tendo sido D. Pedro I o primeiro imperador do Brasil.

Antes da constituição, em 1823, devido à falta de professores, foi instituído o Método Lancaster. Consistia no ensino mútuo, onde um aluno devidamente treinado, o decurião, ensinava grupos de até 10 alunos, as decúrias. O processo se dava sob a vigilância rígida de um inspetor.

Em 1824 é apresentada a primeira Constituição Brasileira. Outorgada em 25 de março de 1824, a Carta Magna, garantia a unidade do território brasileira e dividiu o governo em quatro poderes: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e o Poder Moderador, este último era exercido pelo imperador e lhe dava direito a intervir nas decisões dos outros poderes. O Art. 179, parágrafo 32 desta Lei Magna dizia que a instrução primária seria gratuita para todos os cidadãos e que em colégios e em universidades deveriam ofertar o ensino de ciências, letras e das artes.

Durante a abertura do Parlamento em 1826, um decreto determinou que a educação fosse dividida quatro graus, o primeiro, chamado de "Pedagogias", correspondia à instrução primária; o segundo, chamado de "Liceus", era equivalente ao que hoje conhecemos como ensino profissionalizante; o terceiro, "Ginásios", ofertavam a educação secundária; e o quarto, as "Academias", eram referentes ao Ensino Superior.

A Lei de 15 de outubro de 1827, determina entre outras coisas que, em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, devia haver escolas de primeiras letras. Ainda neste documento é determinado que os salários dos professores sejam equivalentes às circunstâncias e os locais das aulas; que nas capitais das províncias ou em locais populosos, as escolas seriam de ensino mútuo e que essas escolas deveriam ser equipadas com materiais apropriados, custeados pelo Governo. Para serem instrutores em escolas mútuas, os professores deveriam arcar com os gastos necessários para sua formação. Segundo esta lei caberia ao professor, ensinar a ler, escrever as quatro operações de matemática prática, frações, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria, a gramática e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica.

O Ato Adicional à Constituição de 1834 estabelece as províncias deveriam administrar o ensino primário e secundário. Em 1835, é aberta a primeira Escola Normal em Niterói.

Apesar do investimento e do planejamento, a educação no Brasil continuou a apresentar baixos resultados.

Embora o Imperador afirmasse que, se não fosse Imperador se tornaria um Mestre-Escola, seu amor pela educação não foi suficiente para elevar a educação nacional a resultados satisfatórios. O sistema de educação brasileiro continuou defasado, não suprimindo a necessidade da população.

Uma nova política de educação começou a tomar corpo com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, com Francisco Campos, que constituiria como ministérios dos mais conscientes de sua ação administrativa.

A revolução de 1930 foi um marco na história do capitalismo no Brasil, uma vez que pela primeira vez em sua história havia capital interno para investir. Essa rede de investimentos, trouxe uma nova realidade para o país exigindo cada vez mais, mão de obra especializada, e a obtenção dessa mão de obra veio de investimentos na educação.

O Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930, sanciona em 1931 decretos para a melhor organização da educação secundária e para a criação de universidades brasileiras. Os decretos de 1931 foram conhecidos como Reforma Francisco Campos.

A Constituição de 1934, determinou que a educação é um direito de todos devendo ser responsabilidade da família e do Estado.

Em 1942, são estabelecidas reformas em alguns ramos da educação, tendo estas Reformas recebido o nome de Leis Orgânicas do Ensino, compostas por Decretos-Lei que criaram entre outras coisas o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI oferecendo o ensino profissionalizante. O idealizador destas reformas foi o Ministro Gustavo Campanema.

E posteriormente, na Constituição de 1946, foi outorgada após o fim do Estado Novo. Esta Carta Magna, teve o texto mais democrático até então, e nas áreas da educação determinou a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e que a legislação sobre diretrizes e bases da educação deveria ser da União.

Além disso, a Nova Constituição fez voltar o preceito de que a educação é direito de todos, inspirada nos princípios proclamados pelos Pioneiros, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nos primeiros anos da década de 30.

A educação brasileira sofreu um duro golpe durante o Regime Militar. Apresentando um caráter antidemocrático, tinha por objetivo confirmar sua proposta de governo. Durante este período, professores foram presos, torturados e demitidos, muitos tendo recorrido ao exílio, afim de manterem-se vivos.

Houve invasões a universidades, além da prisão arbitrária e tortura de estudantes em confrontos com a polícia, alguns foram mortos. O Decreto-lei 477, fechou a União Nacional dos Estudantes (UNE) e calou professores e alunos.

Foram criados neste período, os exames vestibulares classificatórios, já que houve grande expansão universidades no Brasil. O objetivo do exame era acabar com os excedentes, que apesar de notas altas, não encontravam vagas, devido à falta de vagas no Ensino Superior.

Com a intenção de erradicar o analfabetismo, os militares criaram o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF, que utilizava a didática de Paulo Freire. O projeto não alcançou sucesso e foi extinto dando espaço para a Fundação Educar.

Em meio ao período mais sangrento a Ditadura Militar é instituída a Lei nº 5.692, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, em 1971, que teve como característica marcante a educação por meio da formação profissional.

Após o fim do Regime Militar, todos os esforços políticos se voltaram ao esquecimento dos “anos de chumbo” pelos quais o Brasil havia passado. Neste cenário, a educação passou a ser trada num sentido mais amplo, tendo participação ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento. Neste momento, a educação deixa de ser somente o simples processo ensino-aprendizagem para tornar-se parte da vida dos educandos. A partir da nova Constituição, o deputado Octávio Elísio encaminhou um Projeto de Lei para uma nova LDB à Câmara Federal em 1988. Apesar de várias manifestações de legisladores no sentido de criar uma nova LDB, somente em 1996, o Deputado Darcy Ribeiro consegue a aprovação de seu projeto que consolida as Leis de Diretrizes e Bases da Educação.

ENSINO APRENDIZAGEM E A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O primeiro passo para se alcançar um ensino aprendido de qualidade dentro do ambiente escolar, principalmente nas séries iniciais onde o perfil dos alunos se apresenta como ávido pelo novo, de conhecer os movimentos da sociedade e passar a opinar de forma construtiva ou a construir pensamento crítico da realidade onde está inserido, é fortalecer a relação e o vínculo que envolve os agentes professores e os educandos, sem a presença do comportamento que possa ser preconceituoso ou de discriminação com os discentes que apresentam dificuldades de aprendizado.

Sobre esta situação de procurar mostrar a inclusão a opinião de BARBOSA (2008) é bastante esclarecedora, ele comenta que;

O dinamismo da inclusão social dentro do espaço pedagógico deve sempre existir neste processo de ensino. O professor como educador não deve oferecer o produto acabado, mas sim sempre colocar para os discentes a oportunidade de ver a outra face ou opinar de modo diferente do que está sendo exposto para ele sem utilizar o comportamento de discriminação contra aqueles que apresentam déficit intelectual (BARBOSA, 2008, p.37).

É este comportamento que leva os alunos a terem a postura que leva estes indivíduos sentirem como sujeitos construtores do conhecimento e que está sendo construído pela sociedade sem o comportamento discriminatório ou a práticas de outras violências relacionadas com as adversidades.

Outro papel importante dentro da escola relacionado com a inclusão é a do gestor pedagógico que deve levar para este espaço de convívio e de aprendizado a gestão participativa, inclusive com lideranças de alunos de maneira que possa como estudante levar opiniões em relação às práticas desenvolvidas e os modelos de aprendizado que podem não estar sendo satisfatório.

A escola atualmente através dos professores educadores e também da sua direção deve mostrar que tem as reais condições de promover um aprendizado de qualidade para todos sem qualquer discriminação e que supere o ensino teórico provocado pelas transformações tecnológicas.

Tem se observado que passou ser alvo de intensos debates as condições que envolvem a necessidade de mudanças no modelo de ensino público praticado no país direcionados as crianças e que venha atender as propostas colocada na Constituição e também na legislação específica de defesa dos direitos deste público que é o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mas o que aparece com mais consistência em todo este processo de transformação do ensino é a necessidade de consolidar cada vez mais a conscientização dos nossos educadores, de que para se ter uma educação com qualidade é necessário a intervenção do poder público para promover a consolidação de um processo que leve o fortalecimento da administração escolar voltada para a gestão democrática participativa e inclusiva.

E para alcançar esta posição de se constituir instrumento do desenvolvimento protagonista é necessário que fortaleça as instituições escolares que fazem parte deste processo, principalmente os conselhos de classes e as associações dos pais dos alunos e também os profissionais da pedagogia que tem a responsabilidade de conduzir este processo de transformação.

Além destas instituições se torna de importância fundamental o papel decisivo dos demais gestores escolares como inspetores, supervisores e pedagogos que passam a ser mais atuantes e participativos no processo de tomada de decisões dentro das escolas públicas no nosso país.

Outra conclusão importante dentro do estudo investigativo é a relevância do papel dos diretores das escolas e a sua disposição em promover esta participação de todos os membros que estão envolvidos da instituição, principalmente a comunidade em que a instituição escolar estar envolvida.

Em contrapartida, a comunidade escolar também deve cobrar esta participação e não ficar de forma passiva, favorecendo o comportamento autoritário da direção, tomando medidas de cunho individualista.

Uma das possibilidades mais relevantes para se fundamentar o protagonismo infantil na educação básica é transformar a didática promovida pelas escolas e transformar o comportamento dos professores no sentido de promover as condições que levam a autonomia dos alunos, principalmente aqueles que apresentam dificuldades de aprendizado e comportamental.

PARA EDWARDS (1999) as práticas pedagógicas como o que emprega o método da escuta onde as crianças têm prioridade para desenvolver de forma livre e espontânea as suas atividades práticas e passam a questionar os professores é um importante instrumento para se chegar ao protagonismo infantil e para o enfrentamento dos comportamentos relacionados com a discriminação e os preconceitos dentro do ambiente das escolas.

Desta forma o protagonismo infantil mostra uma condição de proporcionar aos alunos das séries iniciais esta liberdade de criar e produzir trabalhos a partir da sua imaginação visual do ambiente em que está inserido.

O atual ensino de educação infantil que é realizado na atualidade nas escolas públicas no Brasil direcionada ao público de crianças exclui este processo de liberdade do pensamento que leva ao comportamento da criação de situações novas.

Muito pelo contrário os alunos ficam sem autonomia e liberdade para questionar sobre situações ou condições que aparecem no seu ambiente de convivência. Outra forma de proporcionar o protagonismo infantil a partir do modelo da didática da escuta é possibilitar as crianças destas séries iniciais as condições que possam interagir com outras pessoas inclusive com os próprios pais que tem papel fundamental na questão do desencomendo comportamental.

A discussão do termo protagonismo infantil passa também pela transformação da didática na educação infantil a partir da educação continuada dos professores para que possam criar as condições de levar adiante métodos mais eficaz em relação a formação escolar deste público das séries iniciais.

Pois, o professor neste processo do protagonismo infantil passa a ter um papel de fundamental importância nesta condição para levar as crianças a terem um comportamento autônomo para poder criar situações e realidades de ambientes onde estão inseridos.

E ainda o protagonismo infantil origina das situações em que a escola e os professores oferecem as crianças de forma iguais a oportunidade de compartilhar os momentos das atividades escolar com a sua família que tem uma fundamental importância no processo do ensino aprendizagem.

Uma questão importante nesta discussão do importante papel dos professores no desenvolvimento do comportamento do protagonismo infantil é procurar entender as falas ou linguagens dos alunos e também as suas principais potencialidades e fraquezas para que possam serem exploradas.

Outra questão fundamental relacionada com a participação dos professores neste contexto de ensino de qualidade comprovada e inclusive se concentra nas oportunidades de as crianças descobrirem novas realidades, estimular os diálogos procurando estreitar os relacionamentos e assim tomar parte no crescimento do comportamento destes alunos das séries iniciais do ensino fundamental.

E manter o reconhecimento dos direitos de cada criança, observado de forma particular as suas especificidades como deficiências e potencialidades de maneira que evidencie a espontaneidade destes indivíduos e certamente são comportamentos que levam as condições do protagonismo infantil com a participação fundamental dos professores educadores.

E nesta condição de melhor aproveitar as potencialidades dos alunos das séries iniciais e promover a sua inclusão social que a instituição familiar tem uma grande importância no sentido de compartilhar com a escola estes momentos de interação.

Os modelos didáticos que podem funcionar com inclusão que promovem o desenvolvimento do comportamento cognitivo das crianças na educação da sua formação básica se referem a metodologia dos conteúdos escolares que empregam as formas lúdicas e que tem importância fundamental na questão do desenvolvimento das potencialidades que levam as condições do surgimento do protagonismo infantil.

Pois a ludicidade e as atividades práticas desenvolvidas por equipes de alunos colaboram para que possam desenvolver comportamentos de interação social e principalmente espaços para discussão sobre determinados temas.

As crianças numa situação de exclusão social devido as dificuldades de relacionamentos comportamentais e de comunicação conforme mostra KINNEY (2009) se sentem parte integrante de todo o projeto escolar e também passam a sensação de serem valorizadas pelos membros de educadores e também pelas suas famílias.

Quando as escolas não praticam estas ações que promovem o protagonismo infantil neste público pode comprometer todos os resultados que são esperados das práticas didáticas dos profissionais professores.

Este método da escuta proporciona a liberdade da fala e das expressões dos alunos, pois discentes desta idade quando estão na sua formação escolar de base necessitam de autonomia para que possa desenvolver o seu comportamento cognitivo e assim serem considerados como protagonistas.

A liberdade de pensar e de expressar através destas figuras e das imagens são de importância fundamental para que os alunos possam mostrar as suas potencialidades e, por outro lado, as suas dificuldades de opinar diante do grupo que está sendo realizada a atividade.

Para FREIRE (2007) se a preparação dos professores não for adequada todo o processo do método da escuta pode apresentar resultados completamente desfavorável em relação ao aprendizado e ao desenvolvimento do comportamento crítico dos alunos.

Os espaços escolares onde são realizadas as práticas escolares também se torna de importância fundamental para que possa ser desenvolvido o protagonismo infantil nos alunos.

Esta falta de espaços pode limitar a capacidade dos alunos em desenvolver um pensamento criativo das novas situações que aparecem nos espaços que possibilitam mais liberdade.

Também foi discutido pelo grupo que os profissionais professores educadores devem ser criativos nas suas didáticas como mostrou nas experiências das escolas brasileira.

Quando os alunos se defrontam com novos espaços e atividades que aguçam as suas curiosidades o rendimento do aprendizado se torna altamente positivo.

É importante afirmar que todos alunos desta idade escolar apresentam as suas potencialidades e fraquezas que estão ocultas e vai depender da capacidade dos docentes em relação a criatividade para que possa descobrir estes comportamentos dos seus discentes.

Para SENGE (2005) este processo da metodologia pedagógica do método de escuta vem sendo amplamente recomendado como instrumento didático que permite os profissionais educadores a descobrir novas possibilidade de inclusão social e principalmente erradicar os altos índices de evasão escolar devido ao sentimento de exclusão que a grande maioria dos alunos passam dentro das salas de aula.

A educação infantil deve ser observada como uma oportunidade de explorar os talentos dos alunos e não reduzir a sua capacidade de participação quando estão diante de colegas e professores nas salas de aula.

Segundo defende BARBOSA (2008) o processo de escuta também oferece a oportunidade de os alunos manifestar sobre os problemas de relações pessoais dentro do ambiente familiar que pode estar comprometendo o seu rendimento escolar e a partir desta situação a escola passa a ter a responsabilidade de transformar a situação da criança e criar um comportamento em que ela possa desenvolver as suas competências e habilidades.

As escolas e os profissionais educadores, principalmente numa visão de gestão democrática devem ter a responsabilidade social de propor métodos pedagógicos que são mais direcionados ao desenvolvimento do comportamento cognitivo e também para que os alunos da educação infantil se sintam como protagonistas neste processo de formação básica.

É desta forma que se constrói uma formação básica de qualidade sem a preocupação da alienação dos alunos, neste método democrático da escuta as crianças tem as possibilidades de serem críticas e capazes de se posicionar dentro do contexto social em que estão inseridos no futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para promover uma educação inclusiva e o protagonismo infantil que é mostrado como uma condição relevante no comportamento da formação educacional das crianças que frequentam o ensino de base das séries iniciais deve ter a frente profissionais capacitados para a condução da organização das didáticas direcionada para este público infantil.

Os educadores precisam estar sempre se reciclando para obter novos conhecimentos para serem levados para dentro das salas de aula e que consiga transformar de forma positiva esta realidade, conscientes de que a criança é dotada de capacidade de criar e produzir situações novas desde que as suas potencialidades sejam exploradas de forma adequada.

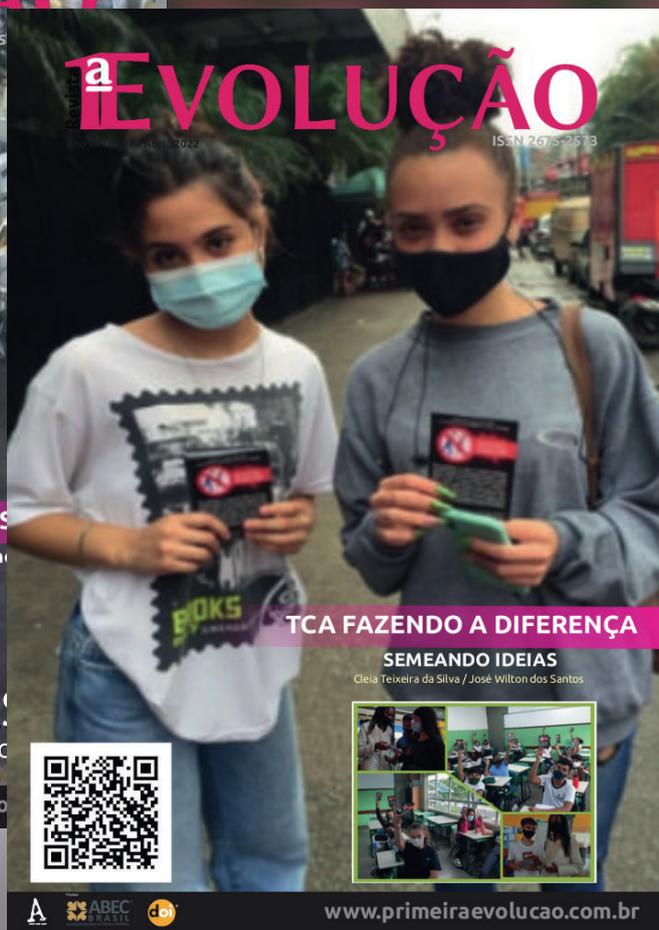
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, M. C. S. HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança: abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Trad. Dayse Batista. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007
- KINNEY, L.; WHARTON, P. **Tornando visível a aprendizagem das crianças**. Porto Alegre: Artmed, 2009.



Alecina do Nascimento Santos

Graduada em Pedagogia, em 2010 pela Universidade Nove de Julho, UNINOVE. Graduada em Artes Visuais em 2014, pela Universidade de Santos. Pós-Graduada em 2018 em Educação Infantil pela Faculdade Campos Elíseos, FCE. Pós-Graduada em Formação Docente em 2020, pela Faculdade Campos Elíseos, FCE. Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo.



ORGANIZAÇÃO:

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alecina do Nascimento Santos

Andreia Ferreira de Melo Faria

Fabiana Lemes da Silva

Ivan Aparecido da Silva

Maurina Pereira Coelho

Mônica Lara Marsura

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Quitéria Maria da Silva Barros

Simoni Alves Pereira Almeida

Tamires Aparecida Silva dos Santos

Tânia de Jesus Alves

Tatiana Lima Passos

Vilma Maximiano Vieira

Viviane de Cássia Araujo



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

